



Perfil da produção domiciliar de alimentos e segurança alimentar de idosos na atenção primária à saúde

Profile of home food production and food security among the elderly in primary health care

Perfil de la producción casera de alimentos y seguridad alimentaria entre los ancianos de atención primaria de salud

Jackeline Corrêa França de Arruda Bodnar Massad¹, Ana Paula Porto Amorim Kirche¹, Fabricia Avila Scarinci¹, Kalita Vefago Vieira¹, Miriam Carla Delgadillo Vargas¹, Rafaella Camargo Mendonça de Mello¹.

RESUMO

Objetivo: Avaliar a produção de alimentos para autoconsumo em domicílios com idosos no município de Várzea Grande - MT. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, com uma amostra de idosos, com idade igual ou superior a 60 anos e inferior a 80 anos de ambos os sexos, assistidos pela Atenção primária à saúde no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Os dados demográficos analisados foram: sexo, faixa etária, raça/cor, naturalidade, escolaridade, renda mensal, além das variáveis relacionadas à disponibilidade de alimentos através de produção própria e a segurança alimentar e nutricional por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Resultados:** Foram investigados 312 idosos, sendo que a maioria (58,7%) produzia algum tipo de alimento, com predominância de temperos e ervas (41%), frutas (38,5%) e tubérculos e raízes (22,8%). Do total de idosos que produziam alimentos no domicílio (n = 183), a maioria estava em situação de insegurança alimentar (82,5%, n = 98). **Conclusão:** A produção de alimentos foi predominante entre os investigados, de modo especial nas idosas mais jovens, de raça/cor não branca, nascidas em outro estado, com baixa renda e escolaridade, com insegurança alimentar e que produziam principalmente temperos, ervas e frutas.

Palavras-chave: Segurança alimentar, Idosos, Disponibilidade de alimentos.

ABSTRACT

Objective: To evaluate the production of food for self-consumption in households with elderly people in the municipality of Várzea Grande - MT. **Methods:** This was a cross-sectional study with a sample of elderly people aged 60 or over and under 80 of both sexes, assisted by primary health care in the municipality of Várzea Grande, Mato Grosso. The demographic data analyzed were: gender, age group, race/color, place of birth, schooling, monthly income, as well as variables related to the availability of food through own production and food and nutritional security using the Brazilian Food Insecurity Scale. **Results:** 312 elderly people were investigated, with the majority (58.7%) producing some type of food, predominantly spices and herbs (41%), fruit (38.5%) and tubers and roots (22.8%). Of all the elderly people who produced food at home (n = 183), the majority were food insecure (82.5%, n = 98). **Conclusion:** Food production was predominant among those investigated, especially among younger elderly women, of non-white race, born in another state, with low income and schooling, who were food insecure and produced mainly spices, herbs and fruit.

Keywords: Food security, Elderly people, Availability of food.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), Várzea Grande - MT.

RESUMEN

Objetivo: Avaliar a produção de alimentos para autoconsumo em hogares con personas mayores en el municipio de Várzea Grande - MT. **Métodos:** Se trató de un estudio transversal con una muestra de ancianos mayores de 60 años y menores de 80 años de ambos sexos, atendidos por la atención primaria de salud en el municipio de Várzea Grande, Mato Grosso. Los datos demográficos analizados fueron: sexo, grupo de edad, raza/color, lugar de nacimiento, escolaridad, renta mensual, así como variables relacionadas con la disponibilidad de alimentos por producción propia y seguridad alimentaria y nutricional utilizando la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria. **Resultados:** Fueron investigados 312 ancianos, siendo la mayoría (58,7%) productores de algún tipo de alimento, predominando las especias y hierbas (41%), frutas (38,5%) y tubérculos y raíces (22,8%). De todas las personas mayores que producían alimentos en casa (n = 183), la mayoría sufría inseguridad alimentaria (82,5%, n = 98). **Conclusión:** La producción de alimentos fue predominante entre los investigados, especialmente entre las mujeres mayores más jóvenes, de raza/color no blanca, nacidas en otro estado, con bajos ingresos y escolaridad, inseguridad alimentaria y que producían principalmente especias, hierbas y frutas.

Palabras clave: Seguridad alimentaria, Ancianos, Disponibilidad de alimentos.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida na Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 como a garantia do acesso a alimentos em quantidade, qualidade e com regularidade por meio de práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis no aspecto ambiental, social e econômico (BRASIL, 2006).

De acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (IA), no período da pandemia de Covid-19, o Brasil estava com mais de 14 milhões de casos novos de brasileiros em estado de fome. Segundo a pesquisa, eram 33,1 milhões de brasileiros sem a garantia alimentar, o que representa aproximadamente, 58,7% da população residente no Brasil convivendo diariamente com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderada ou grave (GUEDES A, 2022; REDE PENSSAN, 2022).

Nesse contexto, convém discutir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que passa a ser assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal do Brasil, com a aprovação da Emenda Constitucional n.64, em 2010 (ABRANDH, 2010). Entretanto, o direito de estar livre da fome e da má nutrição e de ter acesso à alimentação adequada não faz parte da realidade concreta da parcela da população brasileira (AGUIAR O, et al., 2021).

A falta de acesso a alimentação não ocorre por insuficiência na produção, visto que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos no mundo. No entanto, essa produção não abastece necessariamente o mercado local, e a desigualdade, ponto ainda mais crítico no país, compromete o acesso aos alimentos devido a limitação da renda (JESUS JG e HOFFMANN R, 2023).

Diante disso, uma opção para o país reduzir a insegurança alimentar de uma população tão numerosa seria através do incentivo à agricultura familiar, bem como a produção para autoconsumo (VALADÃO LM, et al., 2006). O cultivo de alimentos no domicílio agrega a produção pela família, possibilitando uma alimentação com maior variedade, mais nutritiva e segura (GAZOLLA M e SCHNEIDER S, 2007). Além disso, o cultivo de plantas alimentícias no quintal pode desempenhar um papel crucial na melhoria das dietas das famílias de baixa renda e servir como uma rede de segurança para alimentos em tempos de necessidade (VALADÃO LM, et al., 2006).

Os estudos mostram que métodos de produção focados no autoconsumo familiar, compartilhamento ou venda de alimentos são uma forma de contribuição para uma melhora significativa na alimentação nos domicílios, o que pode contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional (MAAS MM, et al., 2018).

A manutenção de uma lavoura de subsistência é uma estratégia adotada pelas famílias que contribui para garantia do consumo alimentar, sendo um instrumento na redução da vulnerabilidade, da Insegurança

Alimentar e da pobreza, garantindo, portanto, o Direito Humano à Alimentação Adequada nos estabelecimentos rurais, como também, torna-se fonte direta de alimentos e rendas (NASCIMENTO EC e PERUCCHI LC, 2020).

A Agricultura Urbana contemporânea vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional e reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e das cidades, principalmente nos países em desenvolvimento. Além disso, colabora para a Segurança Alimentar e Nutricional, pois permite a produção de alimentos perto de seus consumidores (ARRUDA J, 2006), propiciando ambientes alimentares mais saudáveis, principalmente para populações em situações de vulnerabilidade, tais como os idosos.

Considerando que a proporção de idosos tem aumentado, que os problemas associados à velhice vão sendo postergados para idades cada vez mais avançadas e parte desses problemas estão associados ao estilo de vida, tais como alimentação inadequada (MELO NCV, et al., 2014), sendo que esta pode estar oriunda de comprometimento no DHAA, investigar as condições de envelhecimento se faz necessário, de modo especial no que tange aos direitos sociais, entre eles o acesso à alimentação. Além disso, supondo que o cultivo domiciliar de alimentos aumenta a oferta no ambiente familiar, o objetivo deste trabalho foi avaliar a produção de alimentos para autoconsumo em domicílios com idosos no município de Várzea Grande - MT.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, com uma amostra de idosos, com idade igual ou superior a 60 anos e inferior a 80 anos de ambos os sexos, assistidos pela Estratégia de Saúde da Família no município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Foi utilizado um recorte dos dados do projeto intitulado "Insegurança alimentar e nutricional em idosos na Estratégia de Saúde da Família, Várzea Grande, Mato Grosso" (MASSAD JCFAB e ESPINOSA MM, 2023) que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Centro Universitário Várzea Grande, com o número de parecer 5.156.896/2021 e CAAE 52709021.8.0000.5692.

Foram excluídos da pesquisa os idosos com 80 anos ou mais, aqueles que apresentaram deficiências auditivas, visual, indivíduos com Alzheimer ou que não saibam relatar as informações contidas no questionário. No projeto matriz, os dados foram coletados, por meio de questionário, nas unidades básicas de saúde de abrangência da Estratégia da Saúde da Família. Neste trabalho, utilizou-se os seguintes dados demográficos e socioeconômicos: sexo, raça/cor, naturalidade, escolaridade, renda mensal, além de variáveis relacionadas à disponibilidade de alimentos através de produção própria e a insegurança alimentar e nutricional.

Para a classificação do estado de segurança alimentar e nutricional foi utilizado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, um questionário composto por 14 perguntas fechadas com opção de respostas sim ou não, avaliando apenas os últimos três meses, cuja resposta final pode classificar os idosos em diferentes níveis de intensidade, sendo insegurança alimentar leve (IAL), moderada (IAM) ou grave (IAG), com pontuação variando quando o domicílio apresenta moradores menores de 18 anos de idade (BRASIL, 2014; CORRÊA AMS, et al., 2014).

Para o processamento dos dados foi utilizado o programa Microsoft Excel, versão 2016 e para a análise dos dados o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 20. Os dados foram apresentados utilizando estatística descritiva (gráficos e tabelas com frequências absoluta e relativa) e inferencial (teste de qui-quadrado com uma significância de 5% e nível de confiança de 95%).

RESULTADOS

Foram investigados 312 idosos, observou-se que a maioria era do sexo feminino (73,4%), com idade entre 60 e 64 anos (35,9%), raça/cor não branco (79,2%) e a maior parte de outros municípios de fora do

Estado (38,1%). Com relação aos fatores socioeconômicos, a maioria possuía de 1 a 8 anos de estudo (50,7%), renda familiar mensal de 1 a 2 salários-mínimos (62,2%) conforme evidenciado na (Tabela 1).

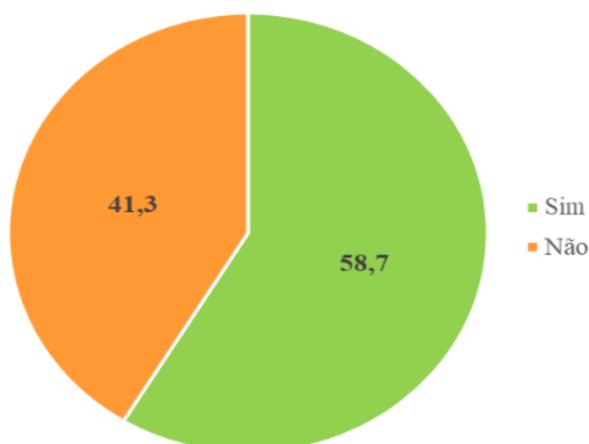
Tabela 1- Características demográficas e sociodemográficas de idosos no contexto da atenção básica.

Variáveis	n	%	Produção de alimentos (%)	
			Sim	Não
Sexo				
Feminino	229	73,4	60,3	39,7
Masculino	83	26,6	54,2	45,8
Faixa etária				
60 a 64 anos	112	35,9	63,4	36,6
65 a 69 anos	87	27,9	60,9	39,1
70 a 74 anos	66	21,1	43,9	56,1
75 a 79 anos	47	15,1	63,8	36,2
Raça/cor				
Não branco	247	79,2	59,1	40,9
Branco	65	20,8	56,9	43,1
Naturalidade				
Várzea Grande	90	28,9	54,4	45,6
Outros municípios do Estado	103	33,0	55,3	44,7
Outros municípios de fora do Estado	119	38,1	64,7	35,3
Escolaridade				
Analfabeto	41	13,1	61,0	39,0
1 a 8 anos	158	50,7	57,6	42,4
9 anos ou mais	113	36,2	59,3	40,7
Renda mensal familiar				
Menos de 1 salário-mínimo	57	18,3	56,1	43,9
1 a 2 salários-mínimos	194	62,2	57,2	42,8
Mais de 2 salários-mínimos	61	19,5	65,6	34,4

Fonte: Massad JCFAB, et al., 2024.

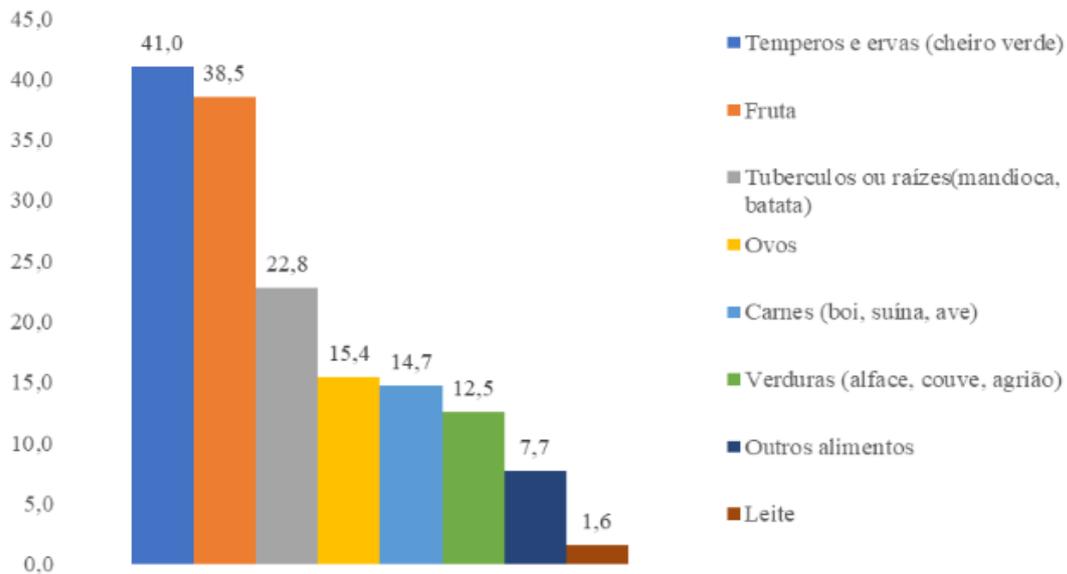
Com relação à produção de alimentos em domicílio, foi observado que a maioria dos idosos investigados (58,7%) produziam algum tipo de alimento (Figura 1). Ao analisar o cultivo por grupo alimentar Figura 2, observou-se que a maioria dos idosos produz temperos e ervas (41%), frutas (38,5%) e tubérculos e raízes (22,8%).

Figura 1 - Distribuição percentual dos idosos segundo à produção de alimentos em domicílio.



Nota: Sim - produz alimentos em domicílio. Não - não produz alimentos em domicílio. **Fonte:** Massad JCFAB, et al., 2024.

Figura 2 - Demonstração em porcentagem dos grupos alimentares referentes a produção de alimentos em domicílio.

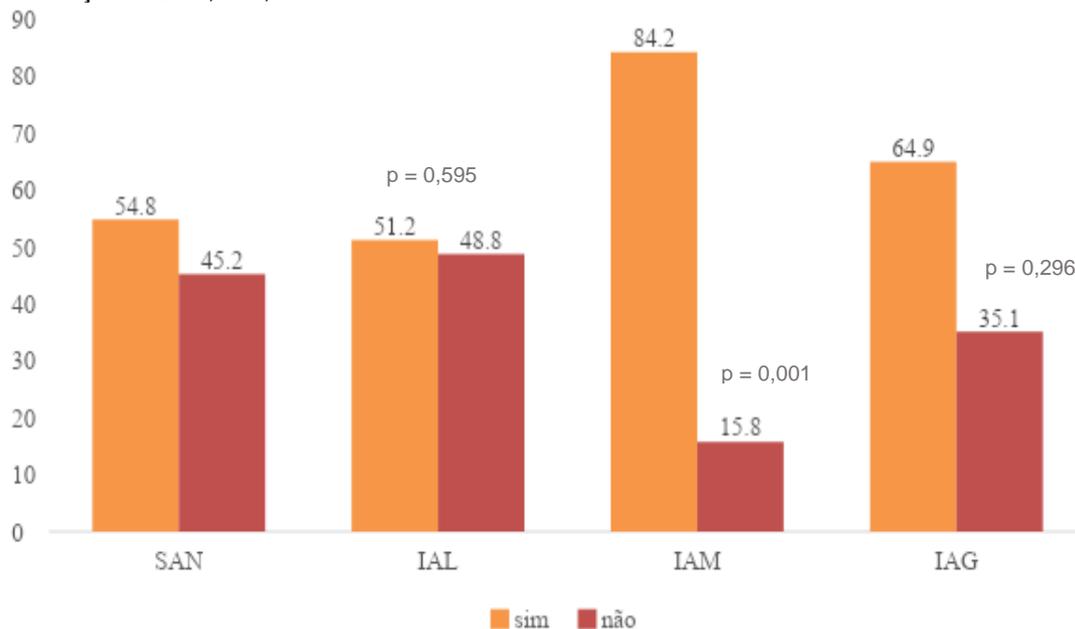


Fonte: Massad JCFAB, et al., 2024.

Do total de idosos que produziam alimentos no domicílio (n = 183), a maioria estava em situação de insegurança alimentar (53,6%, n = 98), com predominância da insegurança alimentar leve (23,0%, n = 42), dados não apresentados em elemento gráfico.

Ao observarmos a produção em cada categoria de classificação da insegurança alimentar (**Figura 3**), os maiores percentuais de produção foram observados nos idosos classificados com IAM (84,2%) e IAG (64,9%). Foi observada associação da produção de alimentos com a IAM (p = 0,001).

Figura 3 - Demonstração em porcentagem do grupo que produz e do grupo que não produz em relação a SAN, IAL, IAM e IAG.



Nota: SAN - Segurança alimentar e nutricional. IAL - Insegurança alimentar leve. IAM - Insegurança alimentar moderada. IAG - Insegurança alimentar grave.

Fonte: Massad JCFAB, et al., 2024.

DISCUSSÃO

Com relação à produção de alimentos em domicílio, observou-se que a maioria dos idosos investigados produz algum tipo de alimento. Dados preliminares do último Censo Agropecuário do IBGE (2018) apontam que 34% dos estabelecimentos agropecuários estão nas mãos de pessoas acima de 60 anos de idade (IBGE, 2019). A correlação entre idosos e a produção de alimentos se dá por um importante modo de reprodução social, uma vez que a prática mantém os idosos ativos mesmo após aposentadoria, reforçando a noção de utilidade por meio da atividade de cultivo que proporciona satisfação e prazer no que tange a produção de seu próprio alimento (SIMONATO DC, 2018).

Quando se trata da produção de alimentos entre idosos por sexo, observou-se a predominância no sexo feminino. Isso pode estar relacionado ao fato de que a mulher geralmente assume o papel com maior dimensão nas atividades de autoconsumo, quer seja pela elaboração e preparo das refeições ou atividades como criação e trato de hortas e pomares (SANTOS IP e FERRANTE VLSB, 2003).

Com relação à produção de alimentos por raça/cor, observou-se predomínio da prática entre não brancos. Pesquisa realizada no ano de 2017, que analisou a raça cor dos mais de 5 milhões de produtores agrícolas no Brasil, demonstrou que 52,8% dos produtores eram pretos ou pardos, com propriedades pequenas (até cinco hectares). Nesse contexto, à medida que o tamanho das propriedades aumentava, ocorria o predomínio de produtores de raça/cor branca (IBGE, 2019; SILVA SO, et al., 2022), evidenciando que há predominância de agricultura comercial entre indivíduos brancos e hábito de agricultura de subsistência ou familiar entre não brancos.

Para compreender esse predomínio da agricultura comercial em indivíduos brancos, temos que nos remeter ao período de colonização do Brasil. O advento da expansão marítima europeia, em meados do século XV, trouxe a necessidade de se possuir mais mão-de-obra, em decorrência de que o Brasil transitava por um processo de povoação e exploração de suas terras por Portugal.

Diante deste fato, os europeus viram nos negros uma solução de mão-de-obra escrava, independente do sexo, importando inúmeros do continente africano para o Brasil, uma vez que aqui, eles eram classificados como mercadoria, com ausência de direitos trabalhistas e mudança de classe social (PINTO MCC e FERREIRA RF, 2014). Conseqüentemente, indivíduos de raça/cor não branca apresentam historicamente menores oportunidades de ascensão social e se limitam a atividades de cultivo prioritariamente para subsistência.

Nesse contexto, esse público contribui fortemente para o direito humano à alimentação adequada (DHAA), uma vez que mais de 76,8% das propriedades rurais no Brasil são consideradas da agricultura familiar, e essa categoria é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no país (NETO CR, et al., 2020).

Além disso, a presença dos idosos em assentamentos rurais contribui no papel social na garantia do DHAA, uma vez que os mesmos referenciam acreditar na agricultura familiar, na luta pela terra e na Reforma Agrária como uma forma de redistribuição de terra e produção saudável de alimentos (SIMONATO DC e BERGAMASCO SMPP, 2020). Confirmando assim que produzir para o autoconsumo lhes fornece alimentos frescos e diversificados, lhes garantindo uma melhor alimentação, e, por conseguinte, segurança alimentar e nutricional (IPEA, 2013).

Com relação à produção de alimentos por naturalidade, observou-se que a maior parte é de outros municípios de fora do Estado (64,7%). Entende-se que os comportamentos alimentares de uma pessoa se deslocam com elas e se reconfiguram através das novas relações que são estabelecidas (MACIEL ME, 2005).

Estes por sua vez são o retrato da organização fundamentada da agricultura familiar no país (NETO CR, 2020), além de representarem uma cultura produtiva mais focada na mão de obra humana, em detrimento das tecnologias diversas (SOUZA P, et al., 2019), reforçando a importância do homem no processo produtivo e por sua vez a autonomia no cotidiano durante o envelhecimento dessas pessoas. Com relação

às características socioeconômicas, observou-se que os que mais produziram foram os analfabetos. Dados semelhantes aos encontrados para o perfil de produção de alimentos no Brasil, uma vez que em 2017, 23,0% dos produtores rurais no país não sabiam ler e escrever e 15,5% nunca frequentaram a escola, enquanto que 14,2% frequentaram até o nível de alfabetização (IBGE, 2019). Apesar disso, cabe ressaltar que os idosos trazem consigo saberes acumulados e que todo conhecimento compartilhado ajuda a agregar e enriquecer o processo ensino-aprendizagem, de qualquer atividade e deve ser valorizado. Por mais carente e marginalizada que a pessoa seja, carrega experiências e qualidades, sendo capaz de contribuir para o bem comum da sociedade (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018).

Ainda sobre as questões socioeconômicas, observou-se que a produção de alimentos foi diretamente proporcional à renda, ou seja, à medida que a renda dos idosos aumentava, a prevalência de produção também. Isso pode estar relacionado ao custo monetário de investimento no processo produtivo. Dados de uma revisão de literatura mostraram que as hortas domésticas predominantes, geralmente pertencem a uma única família e sem subsídios governamentais, ou seja, quanto maior a condição financeira maior a possibilidade do investimento (BRANCO MC e ALCÂNTARA FA, 2011).

Nesse contexto, ressalta-se a importância da seguridade social por meio dos programas de transferência de renda e as aposentadorias. Estudo de corte realizado com uma amostra de 609 famílias residentes nos municípios de São José dos Ramos e Nova Floresta, Paraíba, no ano de 2005, encontraram que programas sociais como Fome Zero (2003) e Bolsa família (2004) impactam positivamente no aumento da renda, propiciando melhorias nos níveis de segurança alimentar/insegurança alimentar leve da população idosa com o recebimento do benefício com redução das desigualdades sociais (CABRAL CS, et al., 2014).

No entanto, convém salientar que a produção de alimentos pode se fazer como uma proposta alternativa de manutenção do DHAA, principalmente considerando que a população idosa no Brasil tem baixo poder aquisitivo. O comprometimento do DHAA pode se agravar em razão da exclusão dos idosos do mercado de trabalho, fato que, certamente, resulta na aquisição de alimentos de custos mais acessíveis e contribui para a monotonia da alimentação. Por esse motivo, o cultivo doméstico de hortaliças e hortas comunitárias tem se mostrado como uma política alternativa no Brasil, desde o final do século passado, para redução das desigualdades e melhoria das condições alimentares das famílias (BRANCO MC e ALCÂNTARA FA, 2011).

Ao observarmos o perfil de produção de alimentos pelos idosos, o grupo alimentar que apresentou a maior produção foram os temperos e ervas. Considerando que esses alimentos são de fácil plantio, podendo ser em vasos ou outros recipientes, com a vantagem adicional da mobilidade, o cultivo residencial pode estar rotineiramente presente no quintal das residências, adicionalmente pode também ser localizado em áreas alternativas do domicílio como telhado, varanda ou parapeito de uma janela (HORNEMANN SBM, 2012).

Adicionalmente, as frutas também predominaram como grupo de cultivo pelos idosos investigados. Essa realidade pode ter uma relação com a preservação da região urbana, que geralmente faz com que as árvores frutíferas dificilmente sejam retiradas (AMARAL CN e NETO GG, 2008). De acordo com PASA MC (2004), a produção nos quintais de árvores frutíferas, permite à população manter uma baixa dependência de produtos adquiridos externamente, ocasiona impactos mínimos sobre o ambiente, conserva os recursos vegetais e a riqueza cultural, fundamentada no saber e na cultura dos moradores locais.

Essa prática tem importância para a manutenção do DHAA (VALADÃO LM, et al. 2006), uma vez que as verduras, frutas e legumes constituem valiosas fontes de nutrientes para a família, sendo que o cultivo domiciliar constitui uma alternativa econômica para o consumo destes produtos, especialmente em épocas de crise, e que, de outra maneira, seria de difícil obtenção (AMARAL CN e NETO GG, 2008). A horticultura é uma atividade versátil que exige cuidados diários, como manutenção da área, irrigação regular, adubação e controle de pragas. Isso a torna adequada para pessoas com disponibilidade de tempo, como os idosos. Mesmo em pequenas quantidades, o cultivo de ervas e temperos pode aumentar o prazer do consumo, sendo uma ótima opção para idosos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018). Nesse contexto, observamos maior produção de alimentos entre os idosos nos diferentes níveis de Insegurança Alimentar, com

associação estatística para Insegurança Alimentar Moderada quando comparado com os idosos seguros. Esses dados corroboram os encontrados em pesquisa, que avaliou a Insegurança Alimentar em famílias de uma área rural no extremo sul do Brasil, onde a ausência de produção de alimentos tem associação positiva com uma maior prevalência de insegurança alimentar (MAAS MM, et al., 2020).

Nesse cenário, a produção de alimentos para autoconsumo não significa ser um fator protetor contra a insegurança alimentar como foi observado no estudo de URIBE MCA, et al. (2007) em que foram avaliadas 973 casas de acolhimento em zonas urbanas e rurais em 2007, mostrando que mais de 80% das casas continuam em algum grau de insegurança alimentar mesmo tendo algum tipo de alimentos para autoconsumo. Essa realidade reforça a importância da discussão do DHAA e a SAN, uma vez que, algumas populações e grupos de risco, como os idosos, estão mais propensos a condição de insegurança alimentar e nutricional, por isso são importantes políticas públicas capazes de retirar ou prevenir esta situação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

A implementação de hortas nas cidades é uma alternativa viável para melhorar a qualidade de vida das famílias, pois além de fornecer alimentos baratos e de boa qualidade, também ajuda na conscientização sobre práticas ecológicas e na preservação do planeta. A agricultura urbana agroecológica promove o acesso à cidadania, emancipação, autonomia e independência dos beneficiários (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018).

Logo, a possibilidade de conciliar diferentes perspectivas teórico-metodológicas por meio do diálogo interdisciplinar propõem repensar o papel do profissional de saúde, integrando as práticas alimentares como parte das experiências, conhecimentos e intervenções que visam atender às necessidades sociais de pessoas e grupos. De modo particular, os nutricionistas podem contribuir para reduzir as desigualdades em saúde e promover a qualidade de vida (FERREIRA VA e MAGALHÃES R, 2007).

Além disso, faz-se necessário uma análise crítica da eficácia das ações em andamento, a assimilação das lições aprendidas com as experiências atuais e a adoção de novas abordagens metodológicas considerando a importância da garantia do DHAA na formação do profissional nutricionista. Sendo assim, propõe-se superar o processo pedagógico tradicional fragmentado e promover a abordagem holística, a equidade e o envolvimento da comunidade. A busca por uma nova prática na área da nutrição está estreitamente relacionada ao debate sobre o desenvolvimento e execução de políticas e ações de promoção da saúde (FERREIRA VA e MAGALHÃES R, 2007).

CONCLUSÃO

A produção de alimentos foi predominante entre os investigados, de modo especial nas idosas mais jovens, de raça/cor não branca, nascidas em outro estado, com baixa renda e escolaridade, com insegurança alimentar e que produziam principalmente temperos, ervas e frutas. Diante disso é importante reforçar a necessidade de incentivo pelos profissionais nutricionistas ao cultivo de hortas domiciliares nos espaços urbanos pelas famílias, contribuindo para o DHAA, bem como ações voltadas na construção de políticas públicas eficazes para apoiar essa prática, e subsídios para fomentar a expansão da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

1. ABRANDH - AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília (DF): ABRANDH, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
2. AGUIAR O, et al. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculo para garantir direitos sociais. *Rev. Serv. Soc*, 2022; 143: 121-39.
3. AMARAL CN e NETO GG. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). *Rev. Ciênc. Humanas*, 2008; 3(3): 329-341.

4. ARRUDA J. Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, São Paulo, 2006; 147.
5. BRANCO MC e ALCÂNTARA FA. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? Brasília (DF): Rev. Hortic. Bras., 2011; 29(3): 421-8.
6. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/leis/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006#:~:text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
7. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo técnico. Brasília (DF): Esplanada dos Ministérios, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
8. CABRAL CS, et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudos de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. Rev. Cad. Saúde Pública, 2014; 30(2): 393-402.
9. CORRÊA AMS, et al. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. Rev. Nutr, 2014; 27(2): 241-51.
10. FERREIRA VA e MAGALHÃES R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. Rev. Cad. Saúde Pública, 2007; 23(7): 1674-81.
11. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Agricultura urbana agroecológica: ações desenvolvidas no Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (CAISI), São Luiz (MA). São Luís (MA): CAISI, 2018. Disponível em: <https://saudedapessoaidosa.fiocruz.br/agricultura-urbana-agroecologica-acoes-desenvolvidas-no-centro-de-atencao-integral-saude-do-idoso>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
12. GAZOLLA M e SCHNEIDER S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Rio de Janeiro (RJ): Rev. Estudos Sociedade e Agricultura, 2007; 15(1): 89-122.
13. GUEDES A. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
14. HORNEMANN SBM. Horta Indoor para temperos, Rio de Janeiro (RJ): Bacharelado em Desenho Industrial – Habilitação em Projeto de Produto, Relatório Técnico – Universidade Federal do Rio de Janeiro, EBA, 2012; 177.
15. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
16. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20manteve%20a,Domic%C3%ADlios%2C%20divulgada%20hoje%20pelo%20IBGE>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
17. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Produção para Autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília (DF): IPEA, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17467&Itemid=1. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
18. JESUS JG e HOFFMANN R. Desigualdade, insegurança alimentar e fome no Brasil. São Paulo (SP): Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/desigualdade-inseguranca-alimentar-e-fome-no-brasil/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.

19. MAAS MM, et al. Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil. Rio Grande (RS): Rev. Ciência & Saúde Coletiva, 2020; 25(1): 2605-14.
20. MACIEL ME. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI AM e GARCIA RWD. (Orgs.). Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ, 2005; 49-55.
21. MASSAD JCFAB e ESPINOSA MM. Perfil de Idosos no contexto da atenção primária em município da Amazônia Legal, 2022. Rev. Foco, 2023; 16(3): 1-16.
22. MELO NCV, et al. Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. Viçosa (MG): Rev. Brasil. Econ. Doméstica, 2014; 25(1): 4-19.
23. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília (DF): Caderno de Atenção Básica, n. 19, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcd19.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
24. NASCIMENTO EC e PERUCCHI LC. A roça nossa de cada dia: segurança alimentar e nutricional através da produção para subsistência na Comunidade Quilombola do Baixo Acaraqui, PA. São Cristóvão (SE): Cadernos de Agroecologia, 2020; 15(2).
25. NETO CR, et al. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? Brasília (DF): EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
26. PASA MC. Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do rio Aricá Açú, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
27. PINTO MCC e FERREIRA RF. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2014; 9(2): 257-66.
28. REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2024.
29. SANTOS IP e FERRANTE VLSB. Da terra nua ao prato cheio: Produção para o consumo familiar em assentamentos rurais do estado de São Paulo. Araraquara (SP): Fundação Itesp/Uniara, 2003.
30. SILVA SO, et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. Cad. Saúde Pública, 2022; 38(7).
31. SIMONATO DC. O que eles e elas produzem? A correlação entre envelhecimento e produção de alimentos: estudo de caso do assentamento gleba XV de novembro – SP. Campina Grande (PB): Realize Editora, 2018.
32. SIMONATO DC e BERGAMASCO SMPP. O envelhecer no meio rural: os idosos e idosas do assentamento Milton Santos. Americana (SP): Rev. Extensão Rural, 2020; 27(2): 70-88.
33. SOUZA P, et al. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil: Rev. Economia e Sociologia Rural, 2019; 57(4): 594-617.
34. URIBE MCA, et al. Caracterización socioeconómica y seguridad alimentaria de los hogares productores de alimentos para el autoconsumo, Antioquia-Colombia. Rev. Agroalimentaria, 2007; 12(25): 109-22.
35. VALADÃO LM, et al. Produção de Alimentos na unidade domiciliar, dieta e estado nutricional: a contribuição dos quintais em um assentamento rural no estado de São Paulo. In: Tópicos em conservação e etnobotânica de plantas alimentícias. Recife (PE): Nuppea, 2006.